



ÁREA TEMÁTICA: Teorias e Metodologias

Para uma desconstrução de Alguns Pressupostos Existentes sobre Género, Discurso e Poder

ROCHA, Custódia

Doutora em Educação, Área de Especialidade em Organização e Administração Escolar

Universidade do Minho

mcrocha@iep.uminho.pt

Resumo

Uma investigação teórica e empírica apoiada num estudo de caso (Rocha, 2007) permite-nos reafirmar a necessidade de desconstrução social de alguns pressupostos existentes (metodologicamente apoiados pelos critérios da racionalidade científica) sobre género, discurso e poder. Apresentamos neste texto os principais vectores analíticos resultantes dessa investigação: O género resulta de uma construção social tendente à consolidação de uma diferenciação hierárquica entre homens e mulheres, mas também pode estar sujeito a uma desconstrução social; Os discursos não são apenas construções sociais fixas do mundo, para sempre instituídos, eles são também elementos instituintes de importantes reconfigurações de novas relações sociais de poder; O poder não se possui, carece de essência, é relação. Não há pois possuidores do poder, mas sim mulheres e homens que o actualizam.

Palavras-chave: Desconstrução; Género; Discurso; Poder





Uma investigação sobre as relações de género enquanto relações de poder, em contextos de gestão educacional, deve abarcar os vectores de uma análise descritiva e explicativa das racionalidades e das lógicas de acção que aí se desenvolvem. Esta atitude investigativa é de sobremaneira importante para quem se debruça sobre relações sociais e organizacionais dificilmente categorizáveis e só compreendidas na sua diversidade e relação dinâmicas. Contudo, algumas das “verdades” que se consideram neutras em termos de género, discurso e poder, metodologicamente apoiadas pelos critérios da racionalidade científica e pelas ideologias dominantes, mais não são do que “obstáculos epistemológicos”, embora se instituem como “conhecimento”, tudo isto, aliás, ao serviço de vários arranjos institucionais e interesses (Calás e Smircich; 1992; 1996).

Sabemos que “o modelo de racionalidade que preside à ciência moderna [...] sendo um modelo global [...] é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (Santos, 1993: 10-20). E, mesmo que Max Weber (1993: 6), entre outros sociólogos, tenha defendido o “carácter *eminente* racional da sociologia” mas tenha também advertido que o “Sentido” deve ser pode ser entendido como “um tipo *puro* construído conceptualmente pelo agente ou pelos agentes *pensados* como tipo” e que, por isso, “nunca se trata de um sentido objectivamente ‘justo’ ou de um sentido ‘verdadeiro’ metafisicamente fundado”, sabemos também quão discutível e problemática pode ser qualquer tentativa de análise das problemáticas do género, do discurso e do poder que não esteja em correspondência com os critérios exclusivos de uma metodologia de investigação assente num conjunto de métodos e técnicas que permitam colocar interrogações consistentes sobre o social, interrogações susceptíveis de serem investigadas e analisadas cientificamente com vista a produzir conhecimentos fundamentados, porque assentes na detecção de regularidades sociais que mostram como as coisas se passam na “realidade”.

Mesmo assim, realizamos um trabalho de investigação (Rocha, 2007) com o objectivo principal de proceder a uma desconstrução dos pressupostos racionalizadores que estão na base das concepções sobre as problemáticas acima enunciadas. Isto, porque o que acontece é que em muitas análises sobre as relações sociais de género tem-se partido do pressuposto que o género masculino e o género feminino constituem grupos sociais concretos e que, a partir da categorização das suas formas de pensamento e de actuação, se podem elaborar quadros-tipo fixos de comportamento social. Com os critérios epistemológicos e metodológicos da “ciência racional” tem-se vindo a proceder, então, à “*racionalização* da produção do género” (Alvesson e Billing, 1992: 78), uma racionalização reprodutora das ideologias colectivas e dos estereótipos clássicos sobre as feminilidades e as masculinidades.

Assim, na maior parte das análises sobre o género, sobretudo nas que são apoiadas pelos critérios da racionalidade científica, têm-se apresentado algumas “verdades” que se consideram neutras em termos de género e com estas tem-se consolidado um *corpus* consistente de “ideologias de género” resultantes de critérios institucionais e metodológicos presentes, sobretudo, naqueles estudos em que se teve a pretensão de apresentar listas de qualidades, atitudes e comportamentos que são eles próprios *masculinos* ou *femininos* na sua orientação e que tendem a associar o homem à racionalidade e ao poder e a mulher à emotividade e ao não poder. Nestas análises tudo fica genericamente reduzido à questão da estereotipia e à constante reiteração sobre a condição de diferenciação assimétrica vivenciada pelas mulheres nos mais diversos domínios de análise, construindo-se assim uma gramática organizacional que, em acordo com o conceito de género, não tem sido devidamente estudada de forma a dar conta das suas inúmeras possibilidades de (re)interpretação.

A acriticidade de um processo de investigação que trabalhe com as noções de “sexo” e/ou de “género” tem sido vista como resultado de um dos grandes problemas que está inerente aos



“paradigmas empregues tanto na epistemologia como na metodologia” e que revelam “que se continua a pensar o género em termos de sexo: de o encarar como uma dicotomia social determinada por uma dicotomia natural. Para a maior parte dos autores, a questão das relações entre sexo e género é: Que tipo de classificação – forte ou fraca, igualitária ou não igualitária – permite o sexo? Esta questão nunca é colocada da seguinte forma: Porque é que o sexo tem de dar lugar obrigatoriamente a uma qualquer classificação? E nunca se colocam questões neutras [...]” (Delphy, 1991: 92-93).

Por todos os argumentos que anteriormente expusemos, e por outros que poderíamos expor, parece-nos óbvio perceber que a investigação sobre as problemáticas do género, do discurso e do poder deve ser metodologicamente repensada. Daí que para nós faça sentido apresentar uma configuração analítica em que tanto o género como o discurso e o poder sejam vistos como práticas sociais em relação não passíveis de categorização linear. Essa mudança metodológica implica que se perceba quão problemáticas podem ser as técnicas de investigação (entrevistas estruturadas, inquéritos por questionário, por exemplo) que estão na base de estudos sobre género, discurso e poder e que consolidam processos de *categorização* de dados, analisados, por norma, através da designada “análise de conteúdo”.

A análise de conteúdo, sendo embora vista como sendo um procedimento fundamental da investigação qualitativa, exige, sabe-se, várias fases que passam pela enumeração, codificação, categorização, inferência e envolve processos de triangulação, contrastação, relação e comparação, entre outros, em vias a estabelecer categorias de análise, tipificação de respostas padrão, circunstâncias-tipo e tudo aquilo que seja susceptível de favorecer a validade e a objectividade da investigação (Bardin, 1977).

As investigações sobre as problemáticas em análise ficam assim (quando ficam) bem suportadas pelos “estratos de amostras”, pelas “populações de referência”, pelos “universos de análise”. A análise de conteúdo joga, então, um papel fundamental na listagem de “quadros de referência” e de “regularidades sociais” que permitem construir perfis organizacionais que nunca são, assim, construídos de forma neutra, mas que tendem, antes, a estabelecer sistemas de pensamento bicategorizantes das concepções, das racionalidades, das práticas, dos discursos, dos poderes dos homens e das mulheres nos mais diversos contextos organizacionais.

Por seu turno, a designada “análise do discurso” pode, também ela, formatar um novo discurso racionalizador. Pois, a análise do discurso, sobretudo na sua versão de análise de conteúdo da frase mas também na sua versão de análise das dimensões textuais de unidades linguísticas maiores do que a frase e também, ainda, na sua versão de análise dos diferentes aspectos da situação sociocultural, tem servido uma intenção metodológica fundamental no que respeita a sua inscrição nos estudos sobre as relações sociais de género: A análise do discurso tem essencialmente revelado “os usos ‘sexistas’ da linguagem”, “as relações entre procedimentos metafóricos e opressão” e tem, em suma, revelado como “na própria linguagem se actualizam relações de dominação” (Kail, 1991: 257-258), uma intenção metodológica importante, mas que é acusada de “reducionismo” por propiciar “uma visão simplificada de sociedade”, uma visão em que na sociedade (e nas organizações) somente se desenvolvem, e como que inevitavelmente, “relações assimétricas e determinísticas de poder” (Pedro, 1997: 36-37).

Também a designada “análise crítica do discurso”, apesar de ser vista como uma “perspectiva que recusa a neutralidade da investigação e do investigador, que define os seus objectivos em termos políticos, sociais e culturais e que olha para a linguagem como prática social e ideológica e para a relação entre interlocutores como contextualizada por relações de poder, dominação e resistência institucionalmente constituídas”, tem sido feita recaindo, não raras vezes, em “análises das estruturas textuais de interações faladas”, em “análises de actos de fala, de implicaturas e de estruturas pressuposicionais”, em “análises de estruturas cognitivas” e ainda, em “análise de metáforas e de estruturas metafóricas”, entre muitas outras (Pedro, 1997: 15-32).



A análise crítica do discurso, assim entendida, tem vindo a apresentar (tal como a análise de conteúdo e a análise do discurso, aliás) vectores metodológicos que reduzem a análise a processos bicategorizantes e hierarquizantes quando aplicados, por exemplo, ao âmbito de análise das relações sociais de género, enquanto relações sociais de poder. De facto, algumas metáforas têm sido especialmente perigosas sobretudo quando estas são convocadas para construir “tipologias do poder no feminino” ou “tipologias do poder no masculino” na gestão das organizações, por exemplo – procedendo-se desta feita a uma “construção generizada da gestão e do poder” em que se associa, por norma, os homens ao “núcleo duro da gestão”, à “mão forte da gestão” e as mulheres a “líderes como mães” e a “líderes como visionárias” (Enomoto: 2000: 376).

Na sua vertente de análise do social, esta forma de análise do discurso pode ser detectável por exemplo, em estudos sobre os discursos que primam por apresentar “o feminino” e “o masculino” enquanto categorias em acordo com as noções tradicionais (naturais e não mutáveis) do que é ser-se mulher ou do que é ser-se homem já que “as palavras e as noções que têm permitido descrever a situação e as condutas das mulheres têm por função principal a de impor uma referência autoritária ao modelo das relações heterossexuais estáveis e assimétricas” (Touraine, 2005: 134).

A investigação que temos vindo a desenvolver sobre género, discurso e poder tem-nos feito perceber que “um objectivo importante da luta hegemónica é a desnaturalização de convenções existentes e a sua substituição por outras” até porque “a hegemonia de uma classe ou grupo sobre uma ordem de discurso é constituída por um equilíbrio, mais ou menos instável, entre as práticas discursivas que a compõem”, sendo certo que “o equilíbrio pode perder-se e, no decurso da luta hegemónica, dar lugar à reestruturação dessas práticas” (Fairclough, 1997: 80-82).

Alguns trabalhos empíricos sobre “sexo e género” e “género e poder” mostram, precisamente, a necessidade de fazer perceber que homens e mulheres não podem ser “automaticamente comparados”, mostram como é preciso “imaginar como o género pode ser desconstruído e como seria bom viver num mundo em que não se estivesse constantemente a ‘construir o género’” (Lorber e Farrell, 1991: 311). Por isso, têm surgido propostas teóricas e empíricas em que se fazem ensaios sobre “a desconstrução social do género” (Alvesson e Billing, 1997: 221).

Partindo do princípio de que as análises empíricas sobre os géneros não podem ser enformadas por categorizações diferenciadoras que legitimem, a nível social, a hierarquia entre os seres humanos tem-se, de facto, vindo a propor “uma nova perspectiva em toda a investigação sobre as relações de géneros” (West e Zimmerman, 1991: 34). E, uma “desconstrução social do género” implica reconceptualizar o género “mais como um processo do que uma coisa” que “não pode ser estatisticamente medido através de escalas M/F como tão familiarmente se faz nas investigações por entrevista ou questionário” (Connell, 1987: 140 e 172).

Daí o termos optado, no trabalho que já aqui referenciamos, por uma técnica de investigação que consideramos alternativa, pese embora as limitações que se lhe possam apontar, como aliás a todas as outras. Construimos, assim, uma extensa reportagem escrita onde o discurso reportado se apresenta sem as marcas formais específicas do discurso indirecto, ou seja, demos conta dos discursos dos outros, dos produtores enunciativos, usando o discurso directo livre. Esta técnica metodológica apresentou-se nos como a técnica mais congruente para quem quer proceder à descrição e análise crítica de um contexto e dos seus intervenientes por meio da explicitação das manifestações discursivas que neste contexto se operaram.

A análise das formações e das manifestações discursivas foi feita a partir de uma “análise crítica dos discursos organizacionais”, isto é, uma técnica de análise dos dados, leia-se, discursos, em que, a partir de “tópicos de análise discursiva”, se pode proceder à análise crítica dos mesmos. E, sem nunca retirarmos estes discursos do seu contexto de produção, e sem a preocupação de os marcar deictamente e de os sujeitar a um conjunto de regularidades enunciativas, por muito heterogéneas que



estas pudessem ser, procedemos ao cruzamento teórico de duas dimensões discursivas: os discursos social e academicamente instituídos e os discursos instituintes dos actores homens e mulheres sobre o que é o género e o poder e como estes podem suscitar transformações nos quotidianos de vida.

Com esta técnica metodológica que aposta na realização de “sondagens concretas” da actividade dos actores em interacção constante, tentamos livrar o sujeito da sua “sujeição transcendental” (Foucault, 1969: 46-66), tentamos transformar o sujeito em actor e mostrar, em suma, que o género, o discurso e o poder são sempre o resultado de estratégias e de práticas em permanente reatualização.

Alguns dos contributos mais recentes dos analistas críticos do discurso permitem-nos esta opção metodológica: a análise crítica dos discursos organizacionais feita a partir de tópicos discursivos de análise, uma vez que “os tópicos exprimem aquela que é considerada a informação mais ‘importante’ de um discurso”. Mais do que isto, com o “tópico”, não se procede a uma análise crítica do discurso orientada por “operações linguísticas [...] mas, pelo contrário, procura-se “estabelecer a relevância sociológica e crítica” da acção social. E isto, porque, “a agência sociológica nem sempre é realizada pela agência linguística [...], não há uma co-referência exacta entre as categorias sociológicas e linguísticas, e se a análise crítica do discurso [...] se restringir demasiado a operações ou categorias linguísticas específicas, muitos exemplos relevantes da agência poderão ser ignorados” (Van Dijk, 1997: 110).

Se assim é, temos de nos demarcar do “tipo de congruência com o sistema gramatical” e, “pelos critérios que a análise sociológica crítica requer”, há que propor a utilização de “exemplos retirados do *corpus* dos textos” para mostrar “como é que as práticas sociais se transformam em discursos acerca dessas mesmas práticas sociais” e como é que isto se opera “em contextos institucionais específicos que têm relações específicas com as práticas sociais” que podem ser reconfiguradoras de novos contextos de acção (Van Leeuwen, 1997: 169-173).

A opção por nos demarcarmos de todo o tipo de análise pragmática do discurso e do sentido, pese embora todas as acepções que também a pragmática comporta, é de extrema relevância em investigações em que se pretenda analisar a problemática das relações de género enquanto relações de poder. Estas análises, pela sua complexidade, não permitem que se continue a apostar, pela evidência enunciativa, na ideia de que *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas* são sujeitos polifónicos reprodutores de um dado contexto discursivo e de uma ideologia colectiva sobre o mundo, ideologia essa que, apoiando-se na categorização das concepções, racionalidades e práticas dos actores, mostra não só as diferenças sistemáticas, que existem, é certo, entre os homens e as mulheres, mas também apoia, ao invés de desafiar, a diferenciação hierárquica entre estes e estas.

O género, o discurso e o poder nunca têm um só sentido por muito que um só sentido os pretenda enformar. Em algumas análises pós-estruturalistas tem-se vindo precisamente a mostrar como o discurso “próprio de um determinado período, possui uma função normativa e reguladora que constrói os mecanismos de organização do real através da produção de saberes, de estratégias e de práticas” mas também, nestas mesmas análises, se tem vindo a defender que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual, e com o qual se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1997: 10-11).

É desta forma que se tem vindo a refutar todo o tipo de discurso que se apresente como transparente, porque anteriormente instituído, através das normas da “gramática geral” e da “trama semântica”, por exemplo, todo o tipo de discurso que seja “apenas um jogo: o do signo e o do similar [em que] a natureza e o verbo se podem entrecruzar até ao infinito, formando, para quem saiba ler, como que um grande texto único” (Foucault, 1991: 89 e ss.), todo o tipo de discurso que, em suma, se apresente como um sistema susceptível de captar a totalidade do mundo e, dentro desta totalidade, fixar as dicotomias que diferenciam assimetricamente os homens e as mulheres, as suas racionalidades, as suas práticas.



Assim, se “a construção social da realidade” e do conhecimento são processos de construção permanente e colectiva, são processos de *construção institucional* e por isso em isomorfia com regras vigentes (Berger e Luckmann, 1985: 87), se os processos de “construção social da realidade” implicam os processos de uma (re)construção social em que as estruturas de poder de dominação são reproduzidas em e através dos discursos, também não se devem ocultar os processos através dos quais as manifestações discursivas se tornam elementos capazes de produzir novos sentidos constitutivos da acção humana, assim como não se deve ignorar os processos através dos quais as manifestações discursivas se tornam capazes de desconstruir certos discursos instituídos e tidos como os únicos discursos possíveis e válidos. Para isso, será então necessário perceber “a linguagem enquanto produção cultural e social” (Fairclough, 1997: 82) e não somente enquanto reprodução.

A concepção de discurso como prática social, a concepção de discurso como produção constitui uma viragem fundamental nas análises críticas do discurso em geral, mesmo naquelas em que num primeiro momento se teve tendência a localizar o significado “na relação entre a forma linguística e a função, o contexto, ou a estrutura social e a ideologia” (Pedro, 1997: 40). Isto, porque com a concepção de discurso como prática social se consegue mostrar que, “pese embora a sua força, nem as regras da linguística, nem as ideologias são deterministas: é possível que influenciem, orientem ou controlem o discurso e acção sociais, mas não os ‘provocam’ nem ‘determinam’” (Van Dijk, 1997: 110).

Sabendo, então, que é “na prática discursiva concreta que são produzidas, questionadas e transformadas as estruturas hegemónicas de ordens de discurso”, sabendo que existem “factores” que constituem “um motivo de reavaliação e um desafio à linguística ‘linguística’: novas tecnologias; multiculturalismo; estruturas económicas; agendas políticas; consciencialização dos efeitos de poder; comunicação pública, elos entre linguagem e cultura, linguagem e sociedade, problemática do género, entre outros”, sabendo que “a produção do signo é sempre afectada pelas operações do poder” (Kress, 1997: 48-70), o poder, também neste nosso trabalho, é conceptualizado de uma forma globalizante.

Daí que nos pareça pertinente a seguinte configuração analítica do poder apresentada por Michel Foucault (1994: 95): “Por poder não quero dizer ‘o poder’, como um conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos num determinado Estado. Por poder também não entendo um modo de sujeição que, por oposição à violência, teria a forma de regra. Por fim, não entendo ainda um sistema geral de dominação exercido por um elemento ou por um grupo sobre outro, e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessariam todo o corpo social. A análise, em termos de poder, não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas as suas formas terminais. Por poder parece-me que se deve compreender, em primeiro lugar, a multiplicidade das relações de força imanentes ao domínio em que se exercem e constitutivas da sua organização; o mecanismo que, por via de lutas e de confrontos incessantes, as transforma, as reforça, as inverte”.

Assim, pese embora a existência de formas de dominação estatais, e suas ramificações, tais como as que se encontram na formatação da ciência positiva racional, Michel Foucault (1994: 96-97-98) é peremptório: “o poder está em toda a parte; não que englobe tudo, mas porque vem de toda a parte [...], o poder não é uma instituição e não é uma estrutura [...] não é qualquer coisa que se adquire, se arranca ou se partilha, qualquer coisa que se guarda e se deixa escapar; o poder exerce-se a partir de um sem número de pontos e num mecanismo de relações não igualitárias mas móveis [...]. As relações de poder não estão em posições de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; elas têm, onde funcionam, um papel directamente produtor”.

E, neste seu exercício analítico sobre poder e micropoderes, Michel Foucault, de facto, não constrói tipologias desses poderes e das suas relações nem diferencia hierarquicamente os (micro)poderes dos homens e os (micro)poderes das mulheres. O que Michel Foucault faz, é clarificar como uma concepção essencialmente assimétrica do poder, aquela que uniformiza os comportamentos e que afirma que o poder não passa de uma força impositiva e unilateral de umas pessoas sobre outras



hierarquicamente colocadas e tendente, por isso, à dominação, deve dar lugar ao entendimento de que o poder ou, melhor dizendo, as relações de poder tanto oprimem como podem libertar. A análise do(s) poder(es) deve, por conseguinte, incluir as relações e articulações que são estabelecidas entre o poder instituído (e suas ramificações) e o conjunto dos micropoderes, o conjunto dos poderes instituintes.

Desta forma, e também no nosso trabalho, a concepção tradicional do político centrada no Estado e nas suas instituições modifica-se, em consequência, precisamente, da ênfase posta na acção do “político” na sociedade. Assim, a percepção da existência de vários micropoderes disseminados por todos os contextos de análise podem favorecer a compreensão daquilo que Michel Foucault (1983: 222-223) tenta a todo o custo esclarecer: “Dizer que não pode haver uma sociedade sem relações de poder não é dizer que aquelas que são estabelecidas são necessárias ou, de qualquer forma, que o poder constitui uma fatalidade no centro das sociedades”.

A análise dos discursos organizacionais feita tendo por base alguns “tópicos discursivos de análise”, que consta no trabalho de investigação empírica já aqui referenciado, permite-nos reafirmar que os actores organizacionais, homens e mulheres, procedem, não raras vezes, à reconstrução dos pressupostos tradicionais de género e de poder. Contudo, pese embora esta reconstrução discursiva dos pressupostos de género e de poder, os actores sociais, homens e mulheres, também não raras vezes, e através de discursos instituintes, põem em questão a institucionalização dos processos culturais e das formas organizacionais *generizadas*, advogam a necessidade de mudança, ou afirmam mesmo a existência de uma mudança já operada, no que diz respeito às relações de poder existentes e àquelas que entre si se estabelecem.

Os contextos sociais são contextos institucionais atravessados por múltiplas racionalidades e lógicas de acção. Existe, pois, um sem número de relações de poderes em que as mulheres e os homens se vêem envolvidos e que, pela sua complexidade, não são passíveis de categorização linear mas que permitem, todavia, repensar a compreensão do género, do discurso e do poder:

– As masculinidades e as feminilidades são essencialmente construções sociais, históricas e por conseguinte contingentes. São vectores analíticos que não têm existência independente um do outro. Se o conceito de género resulta de uma construção (e reconstrução) social, ele também é passível de estar sujeito a desconstruções sociais e, nomeadamente, à desconstrução das oposições binárias e hierarquizantes: masculino/feminino; racionalidade/emotividade; poder/não poder.

– Os discursos não são apenas construções sociais fixas do mundo, para sempre instituídos, eles são também elementos instituintes de importantes reconfigurações de novas relações sociais de poder.

– O poder não se possui, carece de essência, é relação, não é unidireccional (quando o é trata-se de dominação), a estrutura piramidal só serve para o entender mas trata-se de uma pirâmide difusa, móvel, mutante. Não há pois possuidores do poder, mas sim mulheres e homens que o actualizam.

– O género, o discurso e o poder não são só elementos de reprodução que constroem, são também relações de produção que capacitam.



Referências Bibliográficas:

ALVESSON, Mats e BILLING, Ivonne, Due (1992). "Gender and Organization: Toward a Differentiated Understanding". *Organization Studies*. 13/12, pp. 73-103.

ALVESSON, Mats e BILLING, Ivonne, Due (1997). *Understanding Gender and Organizations*. London: Sage Publications.

BARDIN, Laurence (1977). *A Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas (1985). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis, Vozes (Original de 1966).

CALÁS, Marta e SMIRCICH, Linda (1992). "Re-Writing Gender into Organizational Theorizing: Directions from Feminist Perspectives". M. REED e M. HUGHES. *Rethinking Organization*. London, Sage Publications, pp. 227-253.

CALÁS, Marta e SMIRCICH, Linda (1996). "From "The Woman's" Point of View: Feminist Approaches to Organization Studies". S. CLEGG, S. STUART e C. HARDY (Orgs.). *Handbook of Organization Studies*. London, Sage Publications, pp. 248-257.

CONNELL, Robert W. (1987). *Gender and Power: Society, The Person, and Sexual Politics*. Stanford: Stanford University Press.

DELPHY, Christine (1991). "Penser le Genre: Quels Problèmes?" M-C. HURTIG, M. KAIL e H. ROUCH (Edits.). *Sexe et Genre. De la Hiérarchie entre les Sexes*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 89-101.

ENOMOTO, Ernestine K. (2000). "Probing Educacional Management as Gendered: An Examination trough Model and Metaphor". *Teacher College Record*. Vol. 102, N° 2, pp. 375-397.

FAIRCLOUGH, Norman (1997). "Discurso, mudança e hegemonia". E. R. PEDRO (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 77-103.

FOUCAULT, Michel (1969). *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard.

FOUCAULT, Michel (1983). "Postfácio: The Subject and the Power". H. L. DREYFUS e P. RABINOW (Edits.). *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago : University of Chicago Press, pp. 208-226.



FOUCAULT, Michel (1991). *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Lisboa: Edições 70. (Original de 1966).

FOUCAULT, Michel (1994). *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio D'Água Editores. (Original de 1976).

FOUCAULT, Michel (1997). *A Ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio D'Água Editores. (Original de 1971).

KAIL, Michèle (1991). "Le Flou Savant des N.T.R. – Un Discours Métaphorique pour une Méthodologie 'Embryonnaire'". M-C. HURTIG, M. KAIL e H. ROUCH (Edits.). *Sexe et Genre. De la Hiérarchie entre les Sexes*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 257-270.

KRESS, Gunther (1997). "Considerações de carácter cultural na descrição linguística: para uma teoria social da linguagem". E. R. PEDRO (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 47-76.

LORBER, Judith e FARRELL, Susan A. (Edits.) (1991). *The Social Construction of Gender*. Newbury Park: Sage Publications.

PEDRO, Emília Ribeiro (1997). "Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos". E. R. PEDRO (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 19-46.

ROCHA, Custódia (2007). *Educação, Género e Poder. Uma Análise Política, Sociológica e Organizacional*. Braga: Universidade do Minho, Centro de Investigação em Educação.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1993). *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 6ª Edição (Original de 1987).

TOURAINÉ, Alain (2005). *Un nouveau paradigme pour comprendre le monde d'aujourd'hui*. Paris: Librairie Arthème Fayard.

VAN DIJK, Teun (1997). "Semântica do discurso e ideologia". E. R. PEDRO (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 105-168.

VAN LEEUWEN, Theo (1997). "A representação dos actores sociais". E. R. PEDRO (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa, Editorial Caminho, pp. 169-222.

WEBER, Max (1993). *Economia y Sociedad: Esbozo de Sociología Comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica. (Original de 1922).



WEST, Candace e ZIMMERMAN, Don (1991). "Doing Gender". J. LORBER e S. A. FARRELL. (Edits.). *The Social Construction of Gender*. Newbury Park: Sage Publications, pp. 13-38.